



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA  
17 DE MARÇO DE 2015

N.º 07/2015

PRESIDÊNCIA: Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Dr. Luís  
Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



## SUMÁRIO

Pág.

### ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1 – Realização de despesas no âmbito das atribuições da autarquia - Restituição do subsídio de refeição..... 4

### ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 2 – Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015..... 4  
3 – Proposta de Código de Ética e de Conduta dos Trabalhadores..... 6  
4 – Reunião da CIM Douro..... 7

### DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

- 5 – Alargamento do Horário de Funcionamento de Estabelecimentos de Bebidas –  
Requerente: Carlos do Carmo Ferreira Gouveia..... 8  
6 – Aquisição de lote - Loteamento da Azinheira - Alvações do Corgo..... 9

### Tesouraria

- 7 – Resumo dos Fluxos de Caixa até 12 de março de 2015 ..... 9

### DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

- 8 – Prolongamento do Caminho do Alto de Banduge – Sever – Aprovação do Projeto de  
Execução..... 10  
9 – Recolha de Resíduos Urbanos do Concelho de Santa Marta de Penaguião e  
Regularização/liquidação do valor global em dívida à EGEO, Tecnologia e Ambiente,  
S.A..... 11  
10 – Pedido de Parecer Prévio para a Celebração de Contrato de Prestação de Serviços  
para a Elaboração do Plano de Pormenor da Expansão de Fontes (UOPG5) - artigo  
75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro..... 15



**DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

11 – Bolsa de Estudo – Ano Letivo de 2014/2015.....	19
12 – Universidade Júnior – Universidade do Porto.....	20
13 – Aquisição de Documentos para a Biblioteca Municipal.....	21
14 – Comissão da Capela de Justos – Fontes – Pedido de Comparticipação Financeira.....	21
15 – Filandorra – Teatro do Nordeste, Cooperativa de Produção, Formação e Animação Teatral, CRL – Protocolo de Cooperação.....	22
16 – V Festival de Tunas G.P. – Atribuição de Apoio Financeiro.....	23
17 – Projeto “Portugal a Nadar” – Protocolo de Adesão entre o Município de Santa Marta de Penaguião e da Federação Portuguesa de Natação.....	24
18 – A UDIPSS – União Distrital das Instituições Particulares Solidariedade Social de Vila Real.....	24



## ANTES DA ORDEM DO DIA

### Realização de despesas no âmbito das atribuições da autarquia

#### - Restituição do subsídio de refeição

----- 1 – O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, relativamente a despesas com almoços suportadas pelo Município, realizadas no âmbito das atribuições da Autarquia, informou o Executivo Municipal o seguinte: -----

----- “De acordo com o que se encontra estabelecido no Estatuto dos Eleitos Locais, estes têm direito, entre outros, ao recebimento do subsídio de refeição, a abonar nos termos e quantitativos fixados para a Administração Pública”. -----

----- “Por sua vez, o diploma que aprova o regime de atribuição do subsídio de refeição aos trabalhadores da administração central e local, refere que não é permitida a acumulação do subsídio de refeição com qualquer outra prestação de idêntica natureza ou finalidade, independentemente da sua denominação”. -----

----- “Pelos motivos referidos, na facturação apresentada pelos prestadores desses serviços é aposta a indicação dos membros do executivo que estiveram presentes nesses almoços, sendo que, mensalmente, os serviços da Secção de Contabilidade remetem à Secção de Recursos Humanos, responsável pelo processamento das remunerações, uma relação da qual consta o nome e o número de refeições, sendo efectuada a dedução/reembolso do subsídio de refeição correspondente a igual número de dias”. -----

## ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

### Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015

----- 2 – Presente à reunião as deliberações da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 27 de fevereiro de 2015: -----

#### ----- “PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

----- **Ponto 1.1** – Ata da sessão ordinária realizada no dia 28 de novembro de 2014. -----





----- **Deliberação:** Aprovada, por unanimidade. -----

----- **Ponto 1.2** – Dívidas das Obras do Pavilhão Multiusos de Fontes e da Nova Sede da Junta de Freguesia da Cumieira - Proposta de Recomendação à Câmara Municipal apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD). -----

----- **Deliberação:** Rejeitada, por maioria. -----

----- **Ponto 1.3** – Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Jorge Alberto Carvalho Santos Silva, Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista (PS) e pelo Grupo de Cidadãos, Fazer Mais pela Nossa Terra (NT) e Por Medrões Sempre (PMS). -----

----- **Deliberação:** Aprovada, por unanimidade. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”** -----

----- **Ponto 2.1** – Apreciar o pedido de suspensão de mandato do Senhor Deputado José Emílio Esteves da Silva (n.º 2, artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de janeiro). -----

----- **Deliberação:** Tomado Conhecimento. -----

----- **Ponto 2.2** – Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- **Deliberação:** Tomado Conhecimento. -----

----- **Ponto 2.3** - Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia, para representar as Freguesias do Município, no Conselho Municipal de Educação (alínea d), do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto e pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro). -----

----- **Deliberação:** Foi eleito o Presidente da União de Freguesias de Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane, Senhor Fernando Borges Moreira. -----

----- **Ponto 2.4** - Deliberar sobre a autorização para abertura de procedimentos concursais de recrutamento na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado na Carreira/Categoria de Assistente Operacional (cantoneiro de limpeza/vias municipais) e na Carreira/Categoria de Técnico Superior (Arquiteto), (n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro – Deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2015. -----

----- **Deliberação:** Aprovada, por unanimidade. -----



----- **Ponto 2.5** - Deliberar sobre a Revisão do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento da despesa – 2015 (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2015). -----

----- **Deliberação:** Aprovada, por unanimidade. -----

----- **Ponto 2.6** – Discutir o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição (alínea h), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2015). -----

----- **Deliberação:** Aprovado, por unanimidade. -----

----- **Ponto 2.7** – Deliberar sobre a alteração ao Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação atual – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2015). -----

----- **Deliberação:** Aprovada, por unanimidade. -----

----- **Deliberação:** Tomar conhecimento. -----

### **Proposta de Código de Ética e de Conduta dos Trabalhadores**

----- 3 – Presente à reunião, informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município prevê a elaboração de um Código de Conduta para os seus trabalhadores, em consonância com as normas constitucionais e legislação sobre a matéria em causa. -----

----- Este Código deve fundamentar-se nos princípios democráticos, nas normas sociais e na ética profissional e deve ter como objetivo contribuir para um entendimento comum sobre o comportamento expectável por parte dos trabalhadores ao serviço do Município. -----

----- O conjunto de valores a constar neste Código, deve orientar os trabalhadores no desempenho das suas funções, no sentido de refletirem uma cultura de serviço público e de promover uma imagem pública positiva, assim como sintetizar os deveres e o seu enquadramento mas também os direitos que, em conjunto, promovem o bem servir. -----



----- Considerando a necessidade de criar um Código de Ética e de Conduta, tomamos a iniciativa de elaborar um projeto de código que segue em anexo, sugerindo-se, caso mereça a concordância de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, que o mesmo seja presente à próxima reunião do Executivo Municipal para efeitos de aprovação.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta de Código de Ética e de Conduta dos Trabalhadores, de acordo com a informação dos serviços.** -----

### **Reunião da CIM Douro**

----- 4 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “No dia 25 do corrente mês, o município de Santa Marta de Penaguião tem a honra de receber a reunião mensal da CIM Douro. -----

----- Esta passagem dos colegas autarcas por Santa Marta, deverá refletir o mais possível as nossas tradições gastronómicas e a nossa cultura de bem receber. -----

----- Assim sendo e por forma a delinear a ação decorrente de todo o dia, que envolve outros momentos como coffee break, e preparação da reunião propriamente dita - logística -, proponho ao executivo municipal que autorize a realização das despesas até ao valor de 1.000,00 (mil euros).” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização das despesas até ao valor de 1.000,00 (mil euros), de acordo com a proposta apresentada.** -----





**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,  
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Alargamento do Horário de Funcionamento de Estabelecimentos de  
Bebidas – Requerente: Carlos do Carmo Ferreira Gouveia**

----- 5 – Presente à reunião requerimento do Senhor Carlos do Carmo Ferreira Gouveia, a solicitar o alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento, sito na Rua de Santa Comba, freguesia de União das Freguesias de Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane, deste Concelho, sobe com informação dos Serviços com o seguinte teor: -----

----- “De acordo com o Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e no que concerne aos Estabelecimentos de Bebidas, podem funcionar entre as 6 horas e as 24 horas, durante todos os dias da semana exceto aos sábados e em dias imediatamente anteriores a feriados ou dias santos em que será permitido o funcionamento até às 2 horas do dia imediato, conforme determina o artigo 4º daquele Regulamento. -----

----- No artigo 10º diz que a Câmara Municipal pode alargar os limites horários destes estabelecimentos, a requerimento dos interessados e devidamente fundamentados, estabelecendo para o efeito determinados requisitos. -----

----- Assim, foi apresentado pedido de alargamento de horário, das 2h às 4horas da manhã às sextas-feiras e aos Sábados, em nome de **Carlos do Carmo Ferreira Gouveia**, explorador do Estabelecimento de Bebidas denominado “U`C Bar o Novo Palaio”, sito na Rua de Santa Comba, freguesia de União das Freguesias de Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane, deste Concelho. -----

----- Foi solicitado parecer à Junta de Freguesia de União das Freguesias de Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane que emitiu parecer favorável à pretensão requerida e à GNR que não vê inconveniente no funcionamento do estabelecimento, conforme o solicitado, desde que se encontrem salvaguardados os incómodos provocados aos cidadãos residentes, pelos ruídos produzidos não só no interior do estabelecimento como também nas imediações, cabe ao Executivo Camarário autorizar ou não o alargamento do horário deste estabelecimento.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar o alargamento do horário das 2h às 4horas da manhã às sextas-feiras e aos Sábados, de acordo com a informação dos serviços.** -----





## **Aquisição de lote - Loteamento da Azinheira**

### **- Alvações do Corgo**

---- 6 – Presente à reunião, informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

---- “Na sequência da deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião do passado dia 3 de Março do corrente ano, foram notificados os interessados para querendo, dizerem por escrito, o que se lhes oferecer, sobre a lista de ordenação dos candidatos à aquisição dos lotes de terreno para construção no Loteamento da Azinheira – Alvações do Corgo. -----

---- Uma vez que, todos os candidatos já responderam nada ter a opor à referida lista, sugere-se que, o assunto seja presente à próxima reunião do Executivo Municipal para efeitos de homologação da lista de ordenação dos candidatos, bem como autorizar nos termos da alínea g) nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, a venda dos lotes, conforme o seguinte quadro: -----

<b>Candidatos</b>	<b>Nº do lote</b>
Luís Carlos Remédios Augusto	4
José Luís Prior Monteiro	5

---- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, a homologação da lista ordenada dos candidatos, bem como, autorizar nos termos da alínea g) nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, a venda dos lotes, de acordo com a informação dos serviços. -----

### **Tesouraria**

#### **Resumo dos Fluxos de Caixa até 12 de março de 2015**

---- 7 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa até 12 de março de 2015, o qual apresenta os seguintes valores: -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
Câmara Municipal  
Ata n.º 7 de 17 de março de 2015



RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	12/03/2015
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		629 543,26	Despesas Orçamentais (*)		1 292 120,80
Execução orçamental	603 477,80		Correntes	618 045,19	
Operações de tesouraria	26 065,46		Capital	674 075,61	
			(*) Compromissos	8 215 120,24	
Receitas Orçamentais		1 381 252,84	Operações de tesouraria		90 474,29
Correntes	964 960,93		Saldo para o dia seguinte:		697 992,15
Capital	416 291,91		Execução orçamental	692 609,84	
Operações de tesouraria		69 791,14	Operações de tesouraria	5 382,31	
Total		2 080 587,24	Total		2 080 587,24

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

### DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

#### **Prolongamento do Caminho do Alto de Banduge – Sever – Aprovação do Projeto de Execução**

----- 8 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

#### ----- **"I – ENQUADRAMENTO** -----

----- Encontra-se inscrito em Plano Plurianual de Investimentos para o corrente ano, com a classificação orçamental n.º 02\_07.03.03.85, o Projeto/Ação n.º 102/2014 tendo por objeto a obra identificada em epígrafe. -----

----- De acordo com a informação dos serviços técnicos datada de dia 12, do corrente mês, o projecto de execução reúne as condições para ser aprovado. -----

----- Dispõe a alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que é da competência do Exmo. Sr. Presidente a aprovação do projecto. -----



----- Face ao impacto que o projecto terá na comunidade local o Sr. Presidente de Câmara entende que o mesmo deve ser objeto de aprovação por parte do Executivo Municipal, intenção que encontra acolhimento no respeito pelos princípios da subsidiariedade, complementaridade, prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos consagrados no artigo 4.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **II - PROPOSTA DE DECISÃO** -----

----- Em coerência com as razões de facto e de direito enunciados tomo a liberdade de propor ao Executivo Municipal que aprove o projecto de execução do Prolongamento do Caminho do Alto de Banduge." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o projeto de execução do Prolongamento do Caminho do Alto de Banduge, nos termos da informação dos serviços. -**

**Recolha de Resíduos Urbanos do concelho de Santa Marta de Penaguião e Regularização/liquidação do valor global em dívida à EGEO, Tecnologia e Ambiente, S.A**


----- 9 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- **I – ENQUADRAMENTO** -----

----- De acordo com o plasmado no texto constitucional ao Estado cumpre garantir os direitos e liberdades fundamentais e promover a efetivação dos direitos económicos, sociais e culturais e ambientais (assim como o bem estar, a qualidade de vida e a igualdade real entre os portugueses). -----

----- Ora, reconhecem as alíneas d) e e) do artigo 9.ª da CRPortuguesa, enquanto tarefas fundamentais do Estado, a necessidade/obrigação de “Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais” e “Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto





ordenamento do território;” -----

----- Reconhece também o n.º 1 do artigo 66.º da CRPortuguesa, sob a epígrafe “Ambiente e qualidade de vida”, que todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio, ecologicamente equilibrado bem assim como o dever de promover e defender tal objetivo. -----

----- Neste contexto, o Município de Santa Marta de Penaguião esteve sempre fortemente empenhado em garantir um elevado nível de proteção ambiental, uma gestão racional dos recursos naturais e dos sistemas ecológicos bem como uma elevada qualidade de vida aos seus Municípes. -----

----- Entre o conjunto de medidas para alcançar tal desiderato encontra-se o reforço da eficiência no sistema municipal de recolha de resíduos sólidos urbanos, nos últimos anos. -----

## ----- II – FACTOS -----

----- Com vista uma maior eficiência e eficácia dos serviços de recolha de Resíduos Solos Urbanos bem como uma redução de custos, o Executivo Municipal decidiu no decurso do ano de 2013 que seria a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte que levaria a cabo o procedimento concursal - Concurso Público Internacional para a Gestão de RSU e Higiene Urbana do Vale do Douro-Norte; -----

----- O Contrato da prestação de serviços para a “Gestão de Resíduos Urbano e Higiene Urbana dos concelhos do Vale do Douro Norte” foi adjudicado, mediante concurso público internacional, à ECOAmbiente, S.A, pelo valor de 1.550.422,26 €, sem IVA; -----

----- Em 27 de Junho, de 2014, foi remetido pela Associação de Municípios do Vale do Douro Norte, ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia, tendo-lhe sido atribuído o n.º 1836/2014; -- Decorridos sete meses, após o envio do contrato infra para o Tribunal de Contas ainda não se obteve o Visto; -----

----- Neste lapso temporal o Município foi recorrendo à prestação de serviços “**Recolha de Resíduos Urbanos do concelho de Santa Marta de Penaguião**”, através de Ajustes Directos, cujo, penúltimo contrato celebrado terminou em 3/5/2014; -----

----- Data a partir da qual e até dia 17/2/2015 (data a partir do qual foi outorgado novo contrato), os serviços infra estiveram a ser prestados sem suporte contratual, uma vez que, se perspectivava que o Visto do Tribunal de Contas seria obtido muito rapidamente; -----

----- Acresce a este facto, que nenhuma empresa estaria disponível para prestar o serviço por um período de tempo tão curto, atendendo às obrigações logísticas (recursos humanos e





materiais) que envolve um trabalho tão complexo como este. Na realidade, -----

convém lembrar que nem só a atividade industrial produz resíduos classificados como perigosos, já que há resíduos perigosos de proveniência doméstica e urbana, bem assim como de outras origens. Trata-se de resíduos para os quais os municípios não conseguem assumir, por si sós, a responsabilidade de eliminação com riscos mínimos para a saúde pública e para o ambiente; -----

e se em Portugal, até à década de 90, os resíduos sólidos urbanos produzidos eram encaminhados para lixeiras a céu aberto e depositados sobre solo não protegido onde iam sendo queimados para redução do volume e sem qualquer controle ambiental e de saúde pública, o início dos trabalhos do Grupo de Tarefa responsável pela elaboração do PERSU, previsto no Decreto-Lei n.º 310/95, de 20 de Novembro e que viria a ser aprovado a 13 de Novembro de 1997, determinou, entre outras medidas, não só a proibição de deposição de resíduos em lixeiras como a garantia de uma rede de destinos finais adequados; -----

---- Neste contexto, a recolha e tratamento dos RSU adquiriu uma significativa relevância enquanto chave para a preservação do Ambiente; -----

---- Com base nesta prognose, e com vista a prossecução do interesse público, a solução que se considerou a mais adequada, proporcional e razoável foi a de assegurar a higiene e saúde pública, fator fulcral no quotidiano da população de Santa Marta de Penaguião, mantendo a empresa EGEO, Tenologia e Ambiente, S.A a prestar o referido serviço (empresa com quem tínhamos outorgado o último contrato da prestação de serviços da Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos); -----

---- De facto, ao assim agir o Município de Santa Marta de Penaguião prosseguiu o respeito pelo **princípio da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos** contido no artigo 4.º do CPAdministrativo e nos termos do qual aos órgãos administrativos compete prosseguir o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos; -----

---- Prosseguidos, ainda, foram os princípios da legalidade e da boa fé, contidos no artigo 3.º do CPAdministrativo. Porquanto, -----

---- A estatuição autoritária da Administração, mormente, através do alargamento do conceito de legalidade administrativa, não limita este ao dever de realizar o interesse público de acordo com



a lei já que implica, também, a **obrigatoriedade** de o realizar por meios suscetíveis de garantir a defesa dos interesses dos administrados e a boa fé em que estes devem ser colocados perante a Administração; -----

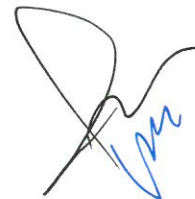
----- Quer na opção pela adoção de um mecanismo próprio de recolha dos RSU no período em que aguardava, com a certeza da aposição do visto no Tribunal de Contas e entrada em funcionamento do mecanismo contratual grupal contratado ao abrigo do Contrato de prestação de serviços para a “Gestão de Resíduos Urbano e Higiene Urbana dos concelhos do Vale do Douro Norte”, quer na opção de seleção da entidade privada para o efeito, EGEO, Tecnologia e Ambiente, S.A, o Executivo respeitou, igualmente, o princípio da imparcialidade que deve reger a atividade administrativa e que aflora o princípio geral da prossecução do interesse público quando se demonstra que a atividade administrativa é imparcial sempre que as suas decisões se determinem exclusivamente por *‘critérios próprios, adequados ao cumprimento das suas funções específicas no quadro da atividade geral do Estado’*, sendo que *“tais critérios consistem na prossecução de ‘interesses públicos específicos predeterminados nas leis - em leis formais ou em leis materiais que juridicamente ou de facto emanem do Governo” – cfr. Parecer n.º 86/90 da PGRépubblica;* -----

----- Significando: enquanto corolário e fundamento da decisão do Executivo Camarário na adoção de um sistema próprio, CASUÍSTICO e TEMPORÁRIO, de recolha dos RSU no período de limbo em que, fundada e expetativamente, aguardava a aprovação do Contrato de prestação de serviços para a “Gestão de Resíduos Urbano e Higiene Urbana dos concelhos do Vale do Douro Norte”, mormente, de molde a que não ocorresse uma sobreposição contratual prejudicial quer para o Município, quer para a própria subsistência e vigência do contrato grupal, salvaguardou a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião a prevalência dos valores da preservação ambiental, da defesa dos interesses dos seus Municípes ao nível da qualidade de vida e integridade da saúde e tranquilidade públicas, respeitando, neste passo, os princípios fundamentais que devem reger a atividade da administração pública; -----

----- O valor da dívida global atual à empresa EGEO, Tecnologia e Ambiente, S.A pela prestação de serviço da Recolha de Resíduos Sólidos é de 81.360,23 € (oitenta e um mil trezentos e sessenta euros e vinte três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, montante este validado pelos serviços técnicos da autarquia. -----

----- **II - PROPOSTA** -----





----- Em coerência com as razões de facto e de direito enunciados tomo a liberdade de propor ao Executivo Municipal que autorize a regularização/liquidação do valor global em dívida 81.360,23 € (oitenta e um mil trezentos e sessenta euros e vinte três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor à empresa EGEO, Tecnologia e Ambiente S.A, referente ao serviço de Recolha de Resíduos Urbanos do concelho de Santa Marta de Penaguião entre o dia 3/5/2014 e o dia 17/2/2015. -----

----- O valor supra tem cabimento orçamental sob o código 2.4.5\_02/02.02.25 Projecto/Ação n.º 70/2014 do Plano de Atividades Municipal para o Ano 2015 "Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos". -----


----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a regularização/liquidação do valor global em dívida 81.360,23 € (oitenta e um mil trezentos e sessenta euros e vinte três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor à empresa EGEO, Tecnologia e Ambiente S.A, referente ao serviço de Recolha de Resíduos Urbanos do concelho de Santa Marta de Penaguião, nos termos da proposta.** -----

**Pedido de Parecer Prévio para a Celebração de Contrato de Prestação de Serviços para a Elaboração do Plano de Pormenor da Expansão de Fontes (UOPG5) - artigo 75.º da Lei n.º82-B/2014, de 31 de dezembro**

----- 10 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- **I – Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio** -----

----- 1. Considerando o disposto no n.º 5, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria,



mantendo-se, nos termos do n.º 1 do referido artigo 75.º a aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. -----

----- 2. Por sua vez, o n.º 12, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 2, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

----- 3. De acordo com o disposto no n.º 6, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público, bem como da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para desempenhar as funções subjacentes à contratação em causa. -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

----- 4. Será tido em consideração o conteúdo da alínea a) do número 8º do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, não estando sujeito ao disposto nos números 1 e 5 a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços essenciais previstos no n.º 2 do artigo 1º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, alterada pelas Leis n.ºs 12/2008, de 26 de fevereiro, 24/2008, de 02 de junho, 6/2011, de 10 de março, 44/2011, de 22 de junho e 10/2013, de 28 de janeiro. -----

----- **II - Do contrato de prestação de serviços a celebrar** -----

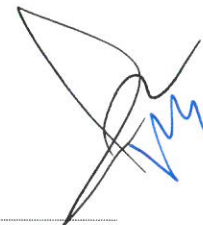
----- É intenção do Município de Santa Marta de Penaguião, celebrar um contrato de prestação de serviços para a elaboração do Plano de Pormenor da Expansão de Fontes (UOPG5), previsto no PDM de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Para o contrato em causa estima-se um valor de 30.000,00 € (trinta mil euros), acrescido de taxa de IVA legal em vigor. Estima-se que no corrente ano seja liquidado o montante de 21.869,92 € (vinte e um mil oitocentos e sessenta e nove euros e noventa e dois cêntimos) e os restantes 8.130,08 € (oito mil cento e trinta euros e oito cêntimos) em 2016, ambos acrescidos de taxa de IVA legal em vigor. -----

----- Com vista à adjudicação do contrato de prestação de serviços em causa é intenção adotar o procedimento de ajuste direto, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----

----- Considerando que o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas, aprovado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, estabelece no seu artigo 24.º, n.º 1 que





*“nenhum dos órgãos ou serviços, pode iniciar procedimento para a contratação de prestação de serviços ou recrutamento de trabalhador por tempo indeterminado, determinado ou determinável que não se encontre integrado no mapa de pessoal para o qual se opera o recrutamento, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para as funções ou postos de trabalho em causa”* cujos termos e tramitação desse procedimento prévio se encontra regulado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro. -----

----- Considerando, no entanto, que nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro, no caso das autarquias locais, a entidade gestora da mobilidade especial autárquica (EGMA), a constituir no âmbito das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais são as EGRAS (Entidade Gestora da requalificação nas Autarquias). -----

----- Considerando que de acordo com o artigo 16.º-A, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, aditado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, caso a EGRA não esteja constituída, que é o caso que se verifica na Comunidade Intermunicipal do Douro, a lista nominativa dos trabalhadores que são colocados em situação de requalificação, a entidade que os colocou nessa situação assume a posição de EGRA para todos os efeitos, ou seja, a função é desempenhada nos municípios pelo presidente da câmara municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do referido Decreto-Lei, na sua atual redação. -----

----- Considerando que esta matéria foi objeto de análise em sede de reunião de coordenação jurídica realizada entre a Direcção-Geral das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cuja solução interpretativa homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local em 17 de Julho último, refere que as autarquias locais não têm que consultar Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), entidade gestora do sistema de requalificação e da definição e controlo das políticas de recrutamento interno e externo na Administração Pública, no âmbito do procedimento prévio de recrutamento dos trabalhadores em situação de requalificação. -----

----- Considerando que no mesmo sentido se pronunciou a Secretaria de Estado da Administração Pública, conforme Nota n.º 5/JP/2014, que mereceu a concordância do Senhor Secretario de Estado em 10 de Julho de 2014. -----



----- Considerando que dada a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, se constata que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

----- Considerando que neste Município não existem trabalhadores em situação de requalificação nem equipamento para o serviço a desempenhar. -----

----- Atendendo à natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

----- Na situação individual e concreta, revela-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego pública para a execução dos serviços objeto do contrato. -----

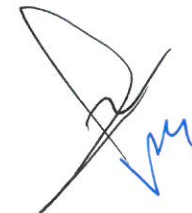
----- De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato prestação de serviços em causa tem dotação orçamental, muito concretamente no orçamento de despesa para o ano de 2015, com classificação orçamental sob o código 2.4.2\_02/07.01.15 projeto Ação 31/2014. -----

----- **III – Da proposta em sentido estrito** -----

----- Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 5 e no n.º 12, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015) conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de prestação de serviços referente à elaboração do Plano de Pormenor da Expansão de Fontes (UOPG 5) encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 12, do artigo 75º, da Lei n.º Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro.”

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de prestação de serviços referente à elaboração do Plano de Pormenor da Expansão de Fontes (UOPG 5), nos termos da informação dos serviços.** -----





## DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

### Bolsa de Estudo – Ano Letivo de 2014/2015

----- 11 – Presente à reunião proposta da Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “O apoio aos alunos e suas famílias tem sido uma prioridade da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião que procura desenvolver ações que fomentem a educação e o ensino. Consciente das dificuldades económicas que afetam alguns agregados familiares do concelho e que podem constituir obstáculo à prossecução do percurso formativo dos seus membros, a autarquia pretende contribuir para o acesso ao ensino superior aos jovens penaguienses que, não obstante a sua situação económica, desejem continuar a sua formação académica. -----

----- Acresce também a necessidade de se investir em políticas que visem a promoção das competências académicas e profissionais dos cidadãos, como forma de assegurar o desenvolvimento do Concelho, em especial, o que passa necessariamente pelo apoio à escolaridade, devendo ser promovidas e desenvolvidas ações para que os jovens não interrompam o seu percurso escolar. -----

----- De acordo com o definido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Regulamento para atribuição de bolsas de estudo aos alunos que frequentam o ensino superior, foi deliberado em reunião de Câmara no dia 07 de Outubro de 2014, a atribuição de 40 bolsas de estudo no valor de 500 euros. -----

----- Desta forma e atendendo ao número elevado de candidaturas submetidas e à situação de carência económica de muitos dos alunos que se candidataram, propõe-se que o executivo municipal retifique de 40 para 50 o número de bolsas de estudo a atribuir.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, retificar para 50 o número das bolsas a atribuir, nos termos constantes da proposta.** -----





## Universidade Júnior – Universidade do Porto

----- 12 – Presente à reunião proposta da Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “A Universidade Júnior (U.Jr.) é um programa de cursos de verão da Universidade do Porto, dirigido aos estudantes do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário (excetuando o 12.º ano). Os seus objetivos principais são a promoção do gosto pelo conhecimento em múltiplas áreas, particularmente as abrangidas pela instituição universitária, a familiarização com o ambiente académico e, ainda, a contribuição para a escolha de um percurso vocacional. Simultaneamente desafiadores e promotores do pensamento crítico, os programas da U.Jr. não deixam de integrar uma componente lúdica típica de qualquer programa de As atividades têm em consideração os programas escolares e são planeadas por docentes universitários, mas conduzidas por estudantes universitários, recém-licenciados e, em alguns casos, jovens investigadores. -----

----- Considerando, que o contacto com o ensino superior representa uma oportunidade muito interessante para os alunos que se encontram numa fase em que têm que decidir o seu futuro profissional, este município, definiu como prioritário os alunos que frequentam o 10º e 11º anos de escolaridade. -----

----- Assim, propõe-se ao Exmo. Executivo Municipal, ao abrigo das disposições constantes na alínea d) do nº 2 do artigo 23º e na alínea u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, o pagamento das inscrições a cinco alunos do concelho matriculados no 10º e 11º anos, no valor unitário de 180€ (cento e oitenta euros). Este valor inclui todo o material pedagógico, os transportes (no caso de saídas de campo ou visitas de estudo), um seguro escolar, a alimentação e o alojamento. -----

----- Para a seleção dos alunos interessados propõe-se os seguintes critérios por ordem de prioridade: -----

----- Alunos do 11º ano; -----

----- Média; -----

----- Escalão do subsídio escolar.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização da despesa até ao montante de 900,00€ (novecentos euros), nos termos da proposta.** -----



### **Aquisição de Documentos para a Biblioteca Municipal**

----- 13 – Presente à reunião informação da Divisão da Educação, Cultura, Desporto Ação Social e Turismo, com o seguinte teor: -----

----- “Pretende-se que a coleção da Biblioteca Municipal seja seletiva, dinâmica e o mais abrangente possível em todas as áreas do saber, de modo a oferecer, de acordo com o perfil de utilizador, a melhor informação e o melhor conhecimento. -----

----- Todas as fontes da informação, de qualquer tipo e em qualquer suporte, são necessárias às atividades a desenvolver pela biblioteca e à informação que se disponibiliza aos utilizadores. -----

----- Assim, de modo a manter a renovação e a dinâmica da coleção que se pretende para a Biblioteca Municipal, solicitava que fosse dada a respetiva autorização para a aquisição de documentos, no valor de 3.500 €, de acordo com o que tem vindo a ser solicitado pelos utilizadores e pelo estudo de necessidades efetuado pela biblioteca. Os documentos pretendidos encontram-se nas livrarias a seguir designadas, sendo o seu valor de aquisição o indicado no quadro. -----

Editoras / Livrarias	Aquisição
Solumen	1.500.00 €
Livraria Osnofa	2.000.00 €

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a aquisição de documentos para a Biblioteca Municipal, de acordo com a informação dos serviços.** -----

### **Comissão da Capela de Justos – Fontes**

#### **– Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 14 – Presente à reunião ofício da Comissão da Capela de Justos – Fontes, registado sob o n.º 699 de 09 de março do corrente ano, dando conhecimento do estado de degradação da capela de Justos – Fontes e da necessidade de uma intervenção ao nível de pintura no interior e





exterior e colocação de material isolante no interior, colocação de uma cobertura nova, lavagem de granitos, bem como, a colocação de uma porta principal nova, neste sentido, solicitam à Câmara Municipal, uma comparticipação financeira, para minimizar as despesas inerentes à referida intervenções na capela. -----

**----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 3.000,00€ (três mil euros), ficando no entanto, o seu encargo condicionado à existência de dotação orçamental e ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----**

**Filandorra Teatro do Nordeste, Cooperativa de Produção,  
Formação e Animação Teatral, CRL – Protocolo de Cooperação**

----- 15 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “O teatro é uma forma de arte, que pela proximidade do ator com o público gera momentos únicos de entretenimento despertando um conjunto de sentimentos e emoções. -----

----- Neste contexto, as companhias de teatro regional assumem um papel preponderante na medida em que dinamizam culturalmente os meios mais pequenos. A Filandorra, já com um percurso de notoriedade, tem ao longo dos anos, feito um trabalho exímio na dinamização cultural e artística da região, tendo-se destacado com público mais jovem através da encenação a partir de textos de literatura para a infância.” -----

----- “O seu trabalho encerra uma acentuada vertente pedagógica, com um forte interesse didático para os vários níveis de ensino, na medida em que, aposta em textos de obras literárias, complementando o trabalho desenvolvido em sala de aula, permitindo assim, que os alunos compreendam mais facilmente os conceitos e conteúdos das obras lecionadas.” -----





----- “Neste sentido, propõe-se que o Exmo. Executivo Municipal, ao abrigo das disposições constantes nas alíneas d) e e) do n.º 2 do artigo 23º e nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprove o protocolo de cooperação a celebrar com a Filandorra – Teatro do Nordeste, Cooperativa de Produção, Formação e Animação Teatral, CRL, e respetiva minuta anexa à presente ata.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor 3.600,00€ (três mil e seiscientos euros), bem como, protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Santa Marta de Penaguião e a Filandorra – Teatro do Nordeste, Cooperativa de Produção, Formação e Animação Teatral, CRL, nos termos da proposta. -----**  
**O seu encargo fica condicionado à existência de dotação orçamental e ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----**

#### **V Festival de Tunas G.P. – Atribuição de Apoio Financeiro**

----- 16 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Apesar do nosso concelho não ter tradição universitária, tem um elevado número de jovens que frequentam ou frequentaram cursos superiores. -----

----- Desta frequência nasceu o gosto pelo movimento académico e associativo e obviamente pelas tão famosas e animadas tunas. -----

----- Desde o primeiro momento que o Festival de Tunas G.P. se revelou um sucesso. -----

----- Durante o dia do festival, são vários os grupos de Jovens, que convidados para atuar aproveitam para conhecer Santa Marta e animam as nossas ruas. -----

----- Não será de todo errado afirmar que a jovialidade e o movimento deste tipo de ações, para além de serem dignas de apoio, deveriam ser ainda mais incitadas. -----



----- É por isso que mais uma vez proponho a este executivo, que o município seja parceiro, com a simbólica contribuição de 500€ para fazer face às despesas de alimentação dos grupos que vêm atuar.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a comparticipação no valor de 500,00 (quinhentos euros), ao Grupo Cultural e Recreativo dos Golfinhos da Paz, nos termos da proposta.** -----

**Projeto “Portugal a Nadar” – Protocolo de Adesão entre o Município de Santa Marta de Penaguião e da Federação Portuguesa de Natação**

----- 17 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- No seguimento da tomada de decisão em reunião de câmara a 18 de Fevereiro de 2015, o Município de Santa Marta de Penaguião assinará o protocolo de adesão ao projeto “Portugal a Nadar” com a Federação Portuguesa de Natação, no mês de abril. -----

----- Assim, e por forma a assinalar este ato, proponho a realização de atividades desportivas e recreativas na Piscina Municipal, dirigidas aos seus utentes e às crianças do concelho. -----

----- As referidas atividades incluem insufláveis para crianças na água, jogos aquáticos, dança para crianças, pinturas faciais, aulas de Aquafitness e de Fitness que representam uma despesa no valor de 600€ (seiscentos euros). -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a despesa no valor de 600,00€ (seiscentos euros), nos termos da proposta.** -----

**A UDIPSS – União Distrital das Instituições  
Particulares Solidariedade Social de Vila Real**

----- 18 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**

**Câmara Municipal**

**Ata n.º 7 de 17 de março de 2015**

----- “Relativamente ao assunto proposto pelo Banco Alimentar Contra a Fome de Braga - Comissão de Abastecimento, foi alugado um armazém com frio em Vila Real. -----

----- O aluguer desta arca frigorífica pressupunha o acondicionamento dos géneros de 6 meses, tendo iniciado em outubro passado e a terminar em março do corrente ano. -----

----- Por forma a ajudar na cobertura da despesa, foi proposto a todas as câmaras cujos concelhos integram IPSSS que também recebem a referida distribuição, que comparticipassem. -

----- Contas feitas, o Vice-Presidente - Dr. Machado da União das IPSS, referiu que cada município ficaria com um encargo total de 660 Euros. -----

----- Considerando que a distribuição está prestes a acabar e que nós ainda não fizemos qualquer tipo comparticipação, proponho que a respetiva verba seja transferida para a UDIPSS. -

----- Para mais acrescento que contactamos as nossas IPSS e estas têm usufruído do referido.” -

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a transferência da verba de 660,00 (seiscentos e sessenta euros), nos termos da proposta, ficando no entanto, o seu encargo condicionado à existência de dotação orçamental e ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis.** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)